

# ENTRE AS CERCAS E OS MUROS: A TRAJETÓRIA DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MST EM RIBEIRÃO PRETO – SP

49

BETWEEN FENCES AND WALLS: THE TERRITORIALIZATION TRAJECTORY OF  
THE MST IN RIBEIRÃO PRETO - SP, BRAZIL

<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2024.262062>

Guilherme Buosi

[guilhermebuosi@estudante.ufscar.br](mailto:guilhermebuosi@estudante.ufscar.br)

Universidade Federal de São Carlos

São Carlos – São Paulo – Brasil

<https://orcid.org/0009-0001-5087-0616>

Silvia Cristina de Jesus

[silvia.jesus@ufscar.br](mailto:silvia.jesus@ufscar.br)

Universidade Federal de São Carlos

São Carlos – São Paulo – Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0320-0000>

Submetido em 13.03.2024

Aceito em 25.06.2024

## Resumo:

Este trabalho versa sobre a trajetória de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Ribeirão Preto - SP. O texto busca destacar como a experiência de construção do MST em esfera nacional age, de forma dialética, no município, trazendo princípios fundamentais do Movimento na experiência de materialização do projeto de sociedade no assentamento Mário Lago. O estudo é conduzido por meio de análise de documentos oficiais do município, revisão bibliográfica de temas referentes às lutas e movimentos sociais pela reforma agrária e de entrevistas semiestruturadas com diferentes sujeitos do movimento social, desde assentados até dirigentes. Essas dimensões foram analisadas à luz do conceito de *território*, concebido como ligação entre os princípios de

BOUSI, G.; JESUS, S. C. de. Entre as cercas e os muros: a trajetória de territorialização do MST em Ribeirão Preto – SP. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 49-71

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

soberania e controle na sua dimensão espacial, tanto material quanto imaterial. Para tanto, tratou-se de como a realização dos valores e das demandas do MST se materializou no assentamento desde sua fase de ocupação até os dias atuais, centralizando como o processo de luta se relaciona com as mudanças das dinâmicas socioespaciais do município, que perpassou o enfrentamento aos setores do agronegócio para o setor imobiliário, este referendado pela agenda municipal caracterizada no Plano Diretor de Ribeirão Preto.

**Palavras-chave:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra; assentamento Mário Lago; território; dinâmicas socioespaciais.

**Abstract:**

This research focuses on the territorialization trajectory of the Landless Workers Movement (MST) in Ribeirão Preto - SP, Brazil. The study aims to emphasize how the MST's construction experience at the national level dialectically influences the municipality, bringing fundamental principles of the Movement into the experience of materializing the societal project in the Mário Lago settlement. The study is conducted through the analysis of official documents from the municipality, a literature review on topics related to struggles and social movements for agrarian reform, and semi-structured interviews with different actors of the social movement, from settlers to political leaders. These dimensions were analyzed in light of the concept of territory, conceived as a connection between the principles of sovereignty and control in its spatial dimension, both material and immaterial. Therefore, it dealt with how the realization of MST's values and demands materialized in the settlement from its occupation phase to the present day, focusing on how the process of struggle relates to the changes in the socio-spatial dynamics of the municipality, which shifted from confronting the agribusiness sector to the real estate sector, as endorsed by the municipal agenda characterized in Ribeirão Preto's Master Plan.

**Keywords:** Landless Workers Movement; Mário Lago settlement; territory; socio-spatial dynamics.

**Introdução**

A região de Ribeirão Preto - SP é fortemente associada aos setores hegemônicos de capital desde os primórdios do município. Inicialmente atrelada à produção de café durante as primeiras décadas do século XX, ela passa por uma mudança na constituição de sua produção em reflexo das novas dinâmicas produtivas e comerciais da realidade brasileira, porém ligada centralmente à produção agrícola/agropecuária. Com o avanço da modernização do campo brasileiro, o município age como elo da expansão de *commodities* agrícolas, com destaque para a cana-de-açúcar, cultura essa impulsionada pela Ditadura Militar na década de 1970, pelo ProÁlcool (Firmiano, 2009; Iha, 2017).

BOUSI, G.; JESUS, S. C. de. Entre as cercas e os muros: a trajetória de territorialização do MST em Ribeirão Preto – SP. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 49-71

Ao passo que avança-se na assimilação dos pilares da Revolução Verde, isto é, a introdução de produtos de origem industrial na agricultura, como agrotóxicos, insumos e adubos químicos, além de maquinário especializado, a modernização conservadora marginaliza uma grande massa oriunda das regiões rurais pela concentração de terra, o que expulsa populações do espaço, e pela substituição da força de trabalho, anteriormente braçal, pelo uso de máquinas, restringindo os postos de trabalho a serem ocupados (Oliveira, 2003). A região de Ribeirão Preto foi uma das mais marcadas por esses processos em vista da grande participação do Estado nessas questões, salientando apoio econômico e político para as mudanças de base técnica (Elias, 2018). Para tanto, o município se torna marcado pelas grandes propriedades agrícolas/agropecuárias como polo do agronegócio moderno, destarte que a população proletarizada do município se centra em atividades de serviço no meio urbano. Esse contexto reforça a caracterização do município como um polo do chamado "agronegócio moderno", onde as mudanças técnicas são impulsionadas, muitas vezes, pela introdução de tecnologias industriais. No entanto, é importante problematizar essa "modernização" para evitar a simplificação de uma narrativa que sugere progresso e avanço. O que se chama de "moderno" no agronegócio, no entanto, pode ser entendido como uma perpetuação de estruturas desiguais e injustas, em vez de uma verdadeira modernização, posto que essa visão de "progresso" omite as consequências sociais e ambientais dessas práticas.

Contudo, há um novo direcionamento do ordenamento territorial da cidade já a partir da década de 1990, adentrando os anos 2000 em uma nova lógica de ocupação e uso do solo. Caracterizada pelo avanço da área urbana na criação de periferias dotadas de alta infraestrutura, direcionadas para classes de alto poder aquisitivo, as "fronteiras" entre a área rural e urbana são redimensionadas (Elias, 2018). Atualmente, o Plano Diretor do município (Ribeirão Preto, 2018) torna quase que todo território municipal de constituição urbana, o que privilegia o avanço desses empreendimentos imobiliários de alto padrão, substituindo os redutos rurais por condomínios de casas e prédios. Apesar disso, o município ainda representa a central de controle político dos processos capitalistas da agricultura, conceituada como "Capital do Agronegócio", em 2004, pela presença de grandes instituições do setor, como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Organização de Associação de Produtores de Cana do

BOUSI, G.; JESUS, S. C. de. Entre as cercas e os muros: a trajetória de territorialização do MST em Ribeirão Preto – SP. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 49-71

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Brasil (ORPLANA), entre outras, além da realização da feira de tecnologia agrícola Agrishow.

É nesse cenário de grande influência de setores historicamente hegemônicos no município que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) avançou na sua territorialização sobre o interior de São Paulo e na cidade de Ribeirão Preto, de forma a proporcionar um enfrentamento aos seus adversários políticos no lócus de sua influência e controle. O Movimento chega à Ribeirão Preto já na década de 1990, adentrando na realidade social da cidade por meio de sindicatos urbanos, grupos de trabalhadores e da arquidiocese municipal, de forma característica ao movimento social na sua gênese (Fernandes, 2001). Ao longo dos anos 2000, o MST incorporou, de forma mais abrangente, a perspectiva ambiental tanto na sua dinâmica produtiva quanto discursiva (Borges, 2010), compreendendo a área como grande ponto de oposição aos grupos contrários à reforma agrária e defensores da propriedade privada da terra.

Através dessa compreensão de interligação entre a dinâmica urbana e rural, o Movimento busca, pela perspectiva de Comuna da Terra, que consiste em áreas de reforma agrária próximas ao meio urbano como forma de introduzir e angariar apoio entre os trabalhadores urbanos e incorporá-los ao projeto político, trazer a mobilização social pela reforma agrária. Como uma das sínteses dessa questão, o assentamento Mário Lago no município de Ribeirão Preto representa essa perspectiva, pois é um assentamento periurbano, adjacente ao bairro Ribeirão Verde, que trouxe forte presença de trabalhadores urbanos proletarizados nas ações junto ao MST (Firmiano, 2009; Gonçalves, 2010; Iha, 2017). Dessa maneira, a aquisição do espaço para o assentamento, uma antiga fazenda de cana-de-açúcar, perpassou a ação do movimento social para reivindicar a desapropriação da área marcada por irregularidades ambientais, que, mesmo com a consolidação territorial do assentamento, ainda perpassa tentativas de violência e desmobilização por parte dos setores hegemônicos.

A partir disso, o presente trabalho visa incorporar a realidade sócio-histórica do município de Ribeirão Preto com a trajetória do MST na região, que salienta a ligação do movimento social em questão com os conflitos rurais e urbanos, históricos e contemporâneos. Em primeiro momento, a análise se concentra na estrutura do MST, em como os preceitos e valores trazidos desde a origem do Movimento se realizam na realidade local de Ribeirão Preto,

BOUSI, G.; JESUS, S. C. de. Entre as cercas e os muros: a trajetória de territorialização do MST em Ribeirão Preto – SP. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 49-71

de forma histórica e atual, adentrando também como a origem e consolidação do assentamento Mário Lago atravessa essas questões. Na segunda parte, busca-se analisar o desenvolvimento histórico das lutas sociais de acordo com os adversários da reforma agrária que o movimento social possui nos períodos de tempo que se encontra na cidade, dividindo-se entre o agronegócio e o capital imobiliário, sendo estes agentes mais preponderantes de acordo com a dinâmica econômica e social da cidade de Ribeirão Preto. Em suma, o artigo busca salientar como a gênese do MST ainda se faz presente dentro da trajetória no município, mesmo com a reconfiguração de seus adversários de acordo com as mudanças socioespaciais.

## 1. Metodologia

Os procedimentos metodológicos foram baseados no levantamento de documentos oficiais de gestão municipal, revisão bibliográfica e de entrevistas semiestruturadas com assentados e dirigentes do MST do assentamento Mário Lago, mediante seu consentimento prévio, o que permitiu uma abordagem multifacetada e aprofundada sobre as questões abordadas neste artigo. Foram acessados documentos oficiais do município de Ribeirão Preto, como o Plano Diretor da cidade (Ribeirão Preto, 2018) e a Justificativa Técnica da Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (2022), a fim de compreender essa reconfiguração histórica do uso e ocupação do solo, em que é marcado o avanço da área urbana e diminuição do meio rural. Este fato traz novas características para o conflito entre os grupos hegemônicos e o movimento social, sendo fundamental para entendimento das novas dinâmicas do território. A revisão bibliográfica se concentrou em leituras que dialogassem com a constituição histórica e presente do MST, desde sua gênese até sua consolidação enquanto movimento nacional, procurando trazer como a dinâmica dialética local e nacional adentram-se na experiência do assentamento Mário Lago. Para tanto, o conceito de *território* foi mobilizado para entender os processos de afirmação do Movimento enquanto socialmente localizado dentro de uma área de domínio de seus adversários, assim como da manutenção de controle e soberania de seu espaço frente à realidade social. Aqui, *território* traz o conceito como junção da soberania e controle de um grupo social sobre um espaço, relacionando os aspectos materiais e imateriais, enquanto que “território” é usado para expressão de uma demarcação administrativa.

BOUSI, G.; JESUS, S. C. de. Entre as cercas e os muros: a trajetória de territorialização do MST em Ribeirão Preto – SP. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 49-71

Nesse sentido, as entrevistas com assentados e dirigentes foram essenciais para trazer, novamente, não só a contemporaneidade dos conflitos, mas as experiências que os inserem enquanto grupo social mobilizado. Elas foram produzidas a partir de conversas semiestruturadas com cada um dos agentes mencionados, visando adentrar na sua realidade sociopolítica de como entendem tanto os processos de constituição do assentamento quanto às novas características do conflito no momento atual. As falas citadas referentes ao mês de outubro de 2021 estão dentro da base dos dados do projeto “Nas franjas do progresso: Efeitos socioambientais da produção canavieira nos estados de Alagoas e São Paulo”<sup>1</sup>, enquanto que as falas do mês de março de 2023 no escopo do projeto “Dimensões da ausência: uma investigação sobre a não representatividade do assentamento Mário Lago no Comitê de Bacia Hidrográfica do Pardo”.

## 2 . A trajetória do MST: dialética nacional e municipal

De forma inicial, se faz fundamental o trato sobre a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) desde sua constituição, compartilhando valores e práticas centrais que se refazem no contemporâneo e, principalmente, no assentamento Mário Lago, na cidade de Ribeirão Preto - SP. Fernandes (2001) coloca o período de 1979 a 1984 como de “gestação” do MST, em que se inserem os movimentos e lutas pelo acesso à terra desde sua gênese até a consolidação na primeira metade da década de 1980. A realidade nacional nesse hiato se caracterizava pela Ditadura Militar em curso no país, desde o golpe de 1964. Para concretização do projeto nacional de expansão e controle sobre o território brasileiro, logo, dos modos de produção capitalistas sobre o espaço brasileiro, o governo militar avança nos processos de colonização a partir da década de 1970, com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Devido a expansão da propriedade privada capitalista sobre o campo, o que resultou no aumento da concentração de terras e na expulsão de populações rurais de suas áreas, a Ditadura pretendia enviar essas populações despossuídas, em seus projetos de colonização para avanço

<sup>1</sup> Fonte: Base de dados do projeto “Nas franjas do progresso. Efeitos socioambientais da produção canavieira nos estados de Alagoas e São Paulo”. Processo 2019/25259-3. Coordenação: Rodrigo Constante Martins (Departamento de Sociologia, UFSCar).

das fronteiras agrícolas, que representavam, centralmente, áreas da região Centro-Oeste e Norte, destacadamente o Mato-Grosso e Amazonas. Nesse ínterim, um grupo desses despossuídos no Rio Grande do Sul ocupa uma região do noroeste rio-grandense, na terra indígena de Nonoai, sendo expulsos pela etnia Kaingang que residia no local. Diante desses marginalizados são postas quatro opções: migrar para os projetos de assentamentos, empregar-se nas empresas agropecuárias, migrar para a cidade ou desenvolver a luta pela terra (Fernandes, 2001).

Na escolha da luta, mesmo com a desmobilização de parte do grupo pela ida a um assentamento no Mato Grosso, os trabalhadores se organizam, novamente, tirando a demanda coletiva por um assentamento dentro do estado. Tal perspectiva apoiou-se fortemente pela influência da Teologia da Libertação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que, com o avanço da luta, os trabalhadores ocupam fazendas ao redor da região e, após anos de conflito, inclusive com diversas tentativas do governo militar de retirada da população do local, o grupo conquista três assentamentos em 1982: Ronda Alta, Cruz Alta e Palmeiras das Missões. Diante disso, tem-se o estabelecimento de alguns dos principais pilares do Movimento: a ocupação e o acampamento.

Na luta pela terra, acampar é determinar um lugar e um momento transitório para transformar a realidade. Quando os sem-terra tomam a decisão de acampar, estão desafiando o modelo político que os exclui da condição de cidadãos. A resistência no acampamento é a façanha. A persistência é o desafio (Fernandes, 2001, p. 55).

Nesse sentido, o formato de ocupação é fundamental para constituição do movimento social enquanto ente coletivo, uma vez que une a dimensão da organização social em busca da apreensão de um objetivo comum, destacadamente de característica camponesa, junto ao estabelecimento de um *território*, ou seja, o controle e a criação de soberania sobre um local dentro do espaço (Fernandes, 2008<sup>a</sup>, p. 30). A partir dessa perspectiva, cria-se, portanto, um movimento social que visa o acesso democrático à terra e a luta pela sua obtenção, trazendo a configuração de um projeto sociopolítico dentro da sociedade civil pela expressão de uma demanda e ação coletiva politizadas (Iha, 2017, p. 53-54), de modo que identifica-se com valores socialmente construídos e opõe-se à adversários, tendo o conflito como base pelas relações de poder que os unem (Sauer, Souza, 2008).

BOUSI, G.; JESUS, S. C. de. Entre as cercas e os muros: a trajetória de territorialização do MST em Ribeirão Preto – SP. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 49-71

O decênio de 1990 traz novas perspectivas para o MST, à medida que expandem sua base de ação sobre o território nacional, na fase, colocada por Fernandes (2008<sup>a</sup>), como de territorialização e institucionalização. O conceito de *território* se faz imprescindível para compreensão desse período. A própria etimologia da palavra é elucidada por Fernandes (2008b) na perspectiva de entendimento dos níveis que ela abarca: em primeiro lugar, ela destaca uma região administrativa, um aspecto do espaço de controle do Estado (municipal, estadual, federal), ao mesmo tempo que traz o entendimento, em segundo nível, de sua constituição e significado. O *território* surge a partir da fragmentação do espaço por grupos sociais, trazendo aspectos de legitimação e dominação sobre o mesmo, relacionando-se com dimensões políticas, econômicas, culturais, ambientais e sociais (Fernandes, 2008b). Desse modo, quando é colocada a fase de territorialização do MST, traz-se os aspectos materiais, a saber, formados no espaço físico, e imateriais, como a ideologia, o saber social, o conhecimento, as relações sociais ali expostas. As relações de poder são marca fundamental na criação de *territórios*, pois é nesses moldes que se constroem o espaço físico e a disputa pela sua legitimação e dominação, sendo que, ao erigir-se um *território*, se destaca o dilema dele para com a dinâmica local: ou se identifica, ou se diferencia (Souza, Martins, 2022). Com isso, os processos de territorialização do Movimento perpassam o avanço da conquista pelo espaço físico na busca pelo enfrentamento às lógicas contrárias à reforma agrária.

É nesse período que o MST passa por sua institucionalização. Mesmo de caráter não oficial, por não possuir um reconhecimento pelo Estado como entidade juridicamente articulada, se fundamenta pelo seu reconhecimento dentro do meio social, assim como a legitimação de suas demandas e ações (Fernandes, 2008<sup>a</sup>). De forma consonante, os assentamentos são vistos como uma grande possibilidade de realização da luta pelo acesso à terra pela difusão do tema na emergência de movimentos sociais no campo paulista em conflito com a estrutura fundiária (Bergamasco, Norder, 2009). Adiante, a chegada do MST a Ribeirão Preto dialoga com esse contexto de territorialização do Movimento, visando áreas de reforma agrária e criação de assentamentos como forma de ampliar a luta pelo acesso democrático à terra na disputa pela diferenciação dos *territórios* do agronegócio em seu cerne.

Sua presença no município dialoga, centralmente, com os preceitos mencionados acima,

de modo que as lutas sociais trazem esse caráter cíclico ao movimento social, que, de forma dialética, liga o geral ao local, no caso, da trajetória do Movimento nacionalmente ao âmbito do interior paulista, em específico, Ribeirão Preto (Iha, 2017). Como um processo contínuo, o movimento social integrou-se a trabalhadores urbanos, sindicatos e setores progressistas da Igreja Católica em ocupações no interior do estado de São Paulo, como em Colina e Restinga. Ribeirão Preto traz uma mudança de perspectiva para dentro do MST, como uma possibilidade de “firmar bases territoriais” (Firmiano, 2009, p. 94) para ações na região, como feitas posteriormente em Matão, Barretos e Serra Azul. Destaca-se a luta integrada com o Sindicato dos Correios de Ribeirão Preto pela construção do Núcleo de Apoio à Reforma Agrária, em 1999, presente na memória dos próprios assentados do Mário Lago.

Meus pais eram de roça, mas a gente é da cidade. Meu pai era funcionário dos Correios, e ele tinha uma luta de classe junto, sindical, dentro da cidade que foi onde ele veio conhecer o MST, que foi na marcha de [19]97, que passou por aqui e deu início à [direção] regional e às ocupações de terra e assentamentos. Foi esse elo que uniu a gente com a terra. Minha mãe resolveu ir para o acampamento, conquistar uma terra e conquistou na Boa Sorte. (Assentada, em entrevista realizada em 05/03/2023).

Avançando sobre a disputa do *território*, há a identificação de um local importante como possível área de reforma agrária, a Fazenda da Barra. Propriedade privada de família historicamente influente na cidade de Ribeirão Preto, a família Junqueira, o local era uma antiga área de plantação de cana-de-açúcar que se misturava com outras culturas, como milho, amendoim e soja. Na década de 1990, foram levantadas diversas irregularidades ambientais da propriedade: destruição de vegetação nativa obrigatória, contaminação da água de afluentes próximos, por exemplo. Mas a questão base, no sentido ambiental, que alavanca a perspectiva de desapropriação é a contaminação da água do Aquífero Guarani, reservatório subterrâneo de importância imensurável para a cidade de Ribeirão Preto (Gonçalves, 2010). Porém, havia sido lançada uma Medida Provisória (MP) pelo governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso que visava desmobilizar as ocupações de terra, pilar do Movimento, uma vez que proibia vistoria do Ministério Público em áreas ocupadas e impedia que famílias que estivessem em ocupações fossem assentadas posteriormente.

Como forma de alavancar a luta pelo acesso à terra mesmo dentro dessas dificuldades,

o MST utiliza de ocupações em áreas adjacentes à Fazenda da Barra, o sítio Braghetto, realizando o acampamento Mário Lago, em 2003, assim como de mobilizações na cidade ao lado da câmara dos vereadores, em primeiro momento, e, posteriormente, direcionados pela prefeitura, para o Jardim dos Flamboyants (Firmiano, 2009; Gonçalves, 2010; Iha, 2017). Após ocupações na própria Fazenda da Barra, em 2004, que contavam com cerca de quatrocentas famílias, com propósito de mobilizar o setor público para desapropriação da propriedade que contava com diversas auditorias sobre as péssimas condições ambientais, em dezembro do mesmo ano a área é reconhecida como local de reforma agrária, avançando sobre a desapropriação da propriedade e dando início ao processo de assentamento com preeminência do INCRA juntamente com o MST.

Os processos de ocupação e mobilização do MST em Ribeirão Preto representam uma manifestação intrincada de resistência e reivindicação. Desde as ocupações iniciais nos arredores da Fazenda da Barra até a consolidação do assentamento Mário Lago, as ações do movimento foram marcadas por uma busca contínua por acesso à terra e à justiça social. Estes eventos, documentados por vários estudiosos, evidenciam a persistência do MST em enfrentar os desafios impostos pelos setores hegemônicos, tanto em nível municipal quanto nacional. No entanto, essa trajetória não se limita apenas à conquista física de território; ela também abrange a perpetuação dos ideais e valores do movimento. Assim, cada episódio de conflito e cada momento de resistência contribuem para uma transformação sócio-histórica das lutas, caracterizando uma dinâmica que transcende as fronteiras temporais e geográficas.

### 3. O(s) conflito(s) com os setores hegemônicos: transformação sócio-histórica das lutas

Este tópico avança nos processos de resistência que perpassam a realização do *território* do MST em Ribeirão Preto, isto é, nos processos de manutenção tanto do espaço físico que ocupa, centralizado na figura do assentamento Mário Lago, assim como da questão imaterial, tratando da reprodução de valores sociais relativos ao movimento social com perspectiva de recampesinização e ampliação da luta pela reforma agrária. Como já mencionado anteriormente, as lutas sociais que atravessam os movimentos populares possuem movimentações cíclicas, que, mesmo com a reconfiguração dos adversários envolvidos, ainda são dimensionadas por um ponto principal que mobiliza aquele grupo social.

BOUSI, G.; JESUS, S. C. de. Entre as cercas e os muros: a trajetória de territorialização do MST em Ribeirão Preto – SP. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 49-71

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

No caso mencionado, a realização da constituição e do entendimento do grupo enquanto campesinato perpassa a essencialidade do conflito, entendido enquanto forma sócio-política de localização dos sujeitos dentro da estrutura social, constatando adversários às suas demandas, o que possibilita a identificação dos indivíduos entre si e para com o movimento que os aglutina, da mesma maneira que permite a visualização de seus principais adversários (Sauer, Souza, 2008). Como classe política, ela se faz a luz da experiência social de conflito com sua figura antagonica, que, em primeiro momento, se faz na figura do latifundiário (Iha, 2017), mas que muda ao longo do tempo pela substituição, não total, do agente central que se opõe a suas demandas.

A urbanidade e a ruralidade como conteúdos do *território* e de valores compartilhados socialmente são questões que permitem a abordagem do conflito imaterial que também perpassa essa realidade. Com a fragmentação das fronteiras que definiam centralmente os limites da cidade e do campo, do urbano e do rural, a identificação dos grupos com esses conceitos é ponto fundamental para dimensionar a realidade dos conflitos contemporâneos (Souza, Martins, 2022). Em síntese, as mudanças entre os principais adversários do MST e do assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto constituem a realidade das lutas sociais que dialogam com as mudanças sócio-espaciais da cidade, trazendo os embates de diferentes *territórios*, que são marcados pelos valores de identificação associados ao urbano e ao rural.

A dinâmica entre urbanidade e ruralidade emerge como um elemento central na compreensão dos conflitos que permeiam o território do MST em Ribeirão Preto. À medida que as fronteiras entre cidade e campo se tornam cada vez mais fluidas, os embates sociais refletem não apenas uma disputa física pelo acesso à terra, mas também uma luta simbólica pela identidade e valores compartilhados. A transformação sócio-histórica das lutas se manifesta não apenas na reconfiguração dos adversários enfrentados pelo movimento, como evidenciado na transição do latifúndio monocultor para o agronegócio, mas também na ressignificação dos próprios territórios, que são marcados pelos valores distintos associados ao urbano e ao rural. Essa complexa interação entre espaço, poder e identidade delinea uma narrativa multifacetada das lutas sociais em Ribeirão Preto, onde a busca por justiça e equidade se entrelaça com as transformações sócio-espaciais da cidade.

BOUSI, G.; JESUS, S. C. de. Entre as cercas e os muros: a trajetória de territorialização do MST em Ribeirão Preto – SP. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 49-71

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

#### 4. A disputa pelo rural: agronegócio como primeiro adversário

Adiante, o primeiro adversário do MST em Ribeirão Preto e a produção de um *território* se volta à razão da luta pelo acesso democrático à terra. A cidade, concebida desde suas origens como um polo de produção agrícola, formou-se com base no latifúndio monocultor, que trouxe a mudança da cultura do café para a cana-de-açúcar já no início da década de 1930. Porém, é na realidade da Revolução Verde, na década de 1970, sob governo ditatorial que emerge a maior centralidade da transformação industrial da cana-de-açúcar, que direcionava a produção nacional para os biocombustíveis. A ação do Estado brasileiro deu-se como ponto central para a difusão dessas práticas, atuando como catalisador. Elias (2018) coloca que foram direcionadas, apenas para a região de Ribeirão Preto, 4,5% de todo o crédito agrícola no ano de 1980, representando um dos pontos fundamentais para capitalização da agricultura na região.

A partir dessa realidade, a ação estatal foi ao encontro da construção do agronegócio moderno, fornecendo-lhe todo tipo de auxílio e operacionalizando a economia para maximização da lucratividade do setor. Dessa maneira, a cidade de Ribeirão Preto possui uma importância não só física e espacial para realização dos processos capitalistas da agricultura, mas é também um símbolo do setor. Ao mesmo tempo que o período de 1990-2000 se destaca como momento de consolidação econômica e política do agronegócio (Pompeia, 2018; Gonçalves, Molina, Cunha, 2021), é nesse íterim que a territorialização do MST é também alavancada, de modo que a abertura do século XXI marca esse confronto dentro da esfera municipal.

Ao passo que considerada como pólo fundamental do agronegócio no Brasil, papel esse reforçado pelo poder público em diversos momentos históricos, o município de Ribeirão Preto traz em seu território o assentamento Mário Lago, um dos grandes projetos do Movimento, dentro do próprio lócus da oposição à reforma agrária. De forma retratada anteriormente, a desapropriação da Fazenda da Barra ancorou-se dentro de um dos principais pilares que fortalecem a posição do MST na realidade brasileira: a questão ambiental. Atravessando a função social da terra, retratada na Constituição de 1988, os inquéritos do Ministério Público trazem a constatação da ampla destruição promovida pela Usina da Pedra, que arrendava a propriedade para plantação de cana-de-açúcar. Esse fato é um marco, visto que promove a

BOUSI, G.; JESUS, S. C. de. Entre as cercas e os muros: a trajetória de territorialização do MST em Ribeirão Preto – SP. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 49-71

desapropriação da área não pelo critério de improdutividade da terra, entretanto, pela ampla degradação do meio ambiente, além da promoção do risco à sociedade, uma vez que havia-se forte risco de contaminação das águas do Aquífero Guarani (Iha, 2017). Aqui, adentra-se a dimensão da ambientalização das lutas sociais, em que esse período é marcado pela fusão, na perspectiva dos movimentos sociais, pela indissociabilidade das ideias de insegurança social e risco ambiental (Acselrad, 2010).

Mesmo com o processo bem sucedido, o formato da ocupação e uso do solo pelo assentamento e pelo movimento social deveria atender aos critérios do INCRA de produção, destacando a obrigatoriedade do uso de técnicas agroflorestais sustentáveis e da necessidade de recuperação ambiental da área. O Termo de Ajuste de Conduta (TAC) trouxe, então, o prejuízo ambiental deixado pela usina, assumido pelo setor público e repassado aos camponeses, como “condição de troca pela implantação do assentamento” (Iha, 2017, p. 98).

Apesar das imposições do Estado para a criação do assentamento, socializando a ação danosa dos agentes privados, o MST incorpora a dimensão de recuperação ambiental como ferramenta de luta, destacando a importância da agroecologia. Entendida enquanto uma atividade científica que restaura a importância dos conhecimentos tradicionais, unindo o saber popular à prática metodológica multidisciplinar (Sevilla-Guzmán, Molina, 2013), a agroecologia tem a sua dimensão dialética acentuada, pois promove a negação da cisão feita pelo capital através do trabalho proletarizado entre o gênero humano e a natureza (Machado, Machado Filho, 2014). Nesses termos, a agroecologia e a prática agroflorestal, são entendidas pelo MST como dinâmica produtiva central já a partir da década de 1990 (Borges, 2010), em que ela possibilita uma mudança significativa não só no fazer produtivo, mas na própria estrutura social.

Com isso, o ônus deixado pelo capital agrário para toda sociedade pela degradação do meio ambiente, e colocado como obrigação aos trabalhadores assentados pelo Estado, são incorporados como medida de legitimação contra o agronegócio pelo movimento social, fortalecendo sua posição contra hegemônica dentro do cerne do território da produção capitalista da agricultura. Passada de “terra de negócio” para “terra de trabalho” (Firmiano, 2009), o assentamento Mário Lago é uma das sínteses entre questão ambiental e questão agrária

BOUSI, G.; JESUS, S. C. de. Entre as cercas e os muros: a trajetória de territorialização do MST em Ribeirão Preto – SP. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 49-71

*Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença:* <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

que fortalecem a luta dos movimentos sociais pela reforma agrária, produzindo um novo *território* para o MST no município, além de estar intrinsecamente articulado ao abastecimento de alimentos para a população ribeirão pretana.

Apesar dessas contradições temos um assentamento que é referência em produção agroecológica e que abastece 800 mil reais em merenda escolar de Ribeirão Preto de produto agroecológico. Não é toda extensão da área que produz agrofloresta, mas se das 400 famílias, 80 já produzem agrofloresta, se tornam referência para vendas de cestas agroflorestais, atender demanda de merenda em outras cidades como Franca. Então, nós temos produção. (Dirigente do MST e assentado, em entrevista realizada em 22/10/2021).

Ou seja, enquanto o MST busca legitimar sua posição, enfrentando os impactos sociais e ambientais do agronegócio, o assentamento se consolida como um bastião da luta pela reforma agrária, fornecendo uma visão alternativa de desenvolvimento rural sustentável. A esses desafios soma-se a ascensão do capital imobiliário urbano, que emerge como uma nova ameaça ao território conquistado, destacando a complexa interação entre questões agrárias, ambientais e urbanas na disputa pelo acesso à terra e pela justiça social. Como medida quase que transterritorial, o Movimento e sua territorialidade se expressam adentrando o espaço urbano, por meio da manutenção de remessas de alimentos não só em feiras municipais, mas também munindo a própria estrutura pública municipal como, por exemplo, pelo fornecimento de alimentos para merendas escolares. Isso significa a expansão do *território* do MST para além da própria área do assentamento Mário Lago, adentrando a cidade e o urbano sem perder a centralidade do campo e do rural nos seus significados e significantes.

## 5. Um novo adversário: o urbano e o imobiliário contra a reforma agrária

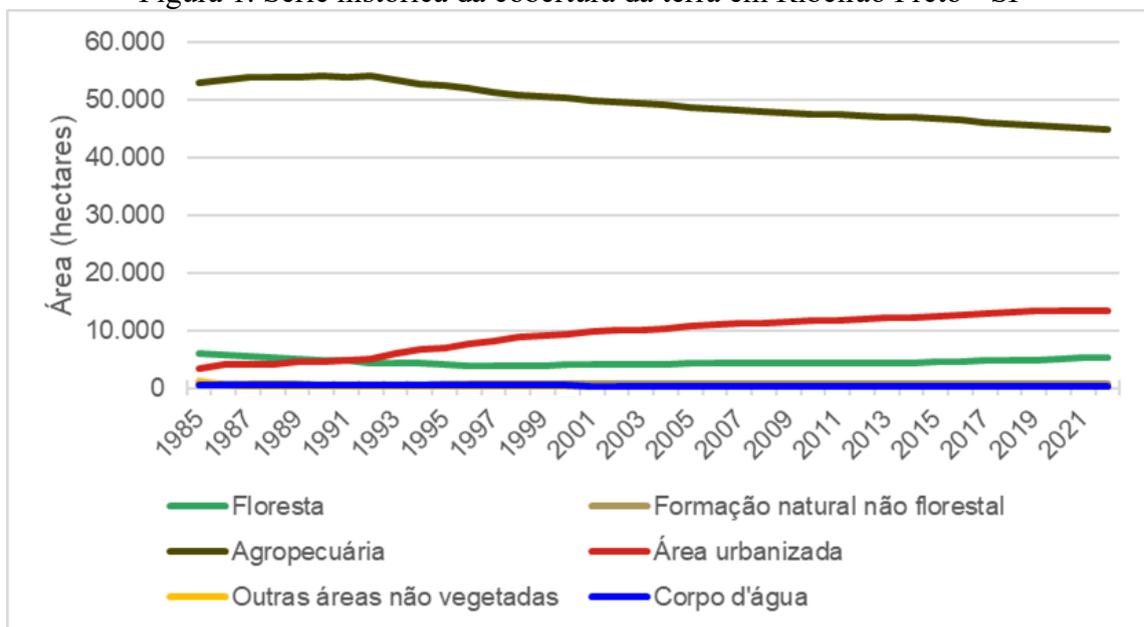
Se, por um lado, o MST atingiu uma grande conquista com o estabelecimento do Mário Lago como um dos grandes assentamentos amparados pela questão ambiental e social, por outro, a luta constante pela manutenção do *território* perpassa uma realidade cotidiana que se reconfigurou de acordo com as mudanças socioespaciais que atingiram a cidade de Ribeirão Preto. Com isso, o ator hegemônico que traz com maior proeminência o conflito com o assentamento no contemporâneo é o capital imobiliário.

Em meio a década de 1990, quando há o estabelecimento do agronegócio como força política, há na cidade de Ribeirão Preto a realização de uma nova distribuição espacial de

atividades e formatos de uso e ocupação do solo. Elias (2018) expõe o conceito das *periferias privilegiadas*, que seriam empreendimentos de alto padrão nas áreas periféricas do município dotados de uma ampla rede de infraestrutura, como serviços e vias para locomoção, visando a substituição de antigas áreas de produção agrícola e de característica rural por construções imobiliárias, como condomínios de casas e prédios, visando atender a uma classe média e alta. Portanto, mesmo num contexto de fortalecimento político do capital agrícola/agropecuário, que ainda se faz presente no município pelas entidades representantes e pela caracterização simbólica de Ribeirão Preto, o processo de urbanização da cidade apresentava uma expansão ordenada por meio da construção de moradias de alto valor sobre antigos redutos da ruralidade no município.

A Figura 1 apresenta a série temporal das classes de cobertura da terra no período de 1985 a 2022 (MapBiomas, 2024). A classe de área urbanizada apresentou um crescimento consistente ao longo dos anos, de 5% a 21% no período dos dados disponíveis. Em 1991, a área urbanizada ultrapassou a de Formações Florestais, que já não era tão expressiva no início do período; este coincide com a época da ampliação de projetos imobiliários de luxo localizados nas regiões periféricas da cidade. Como resultado desse crescimento, áreas agrícolas que antes predominavam nos arredores da cidade têm sido gradualmente convertidas em áreas urbanizadas, com redução de 81% para 69% da área do município.

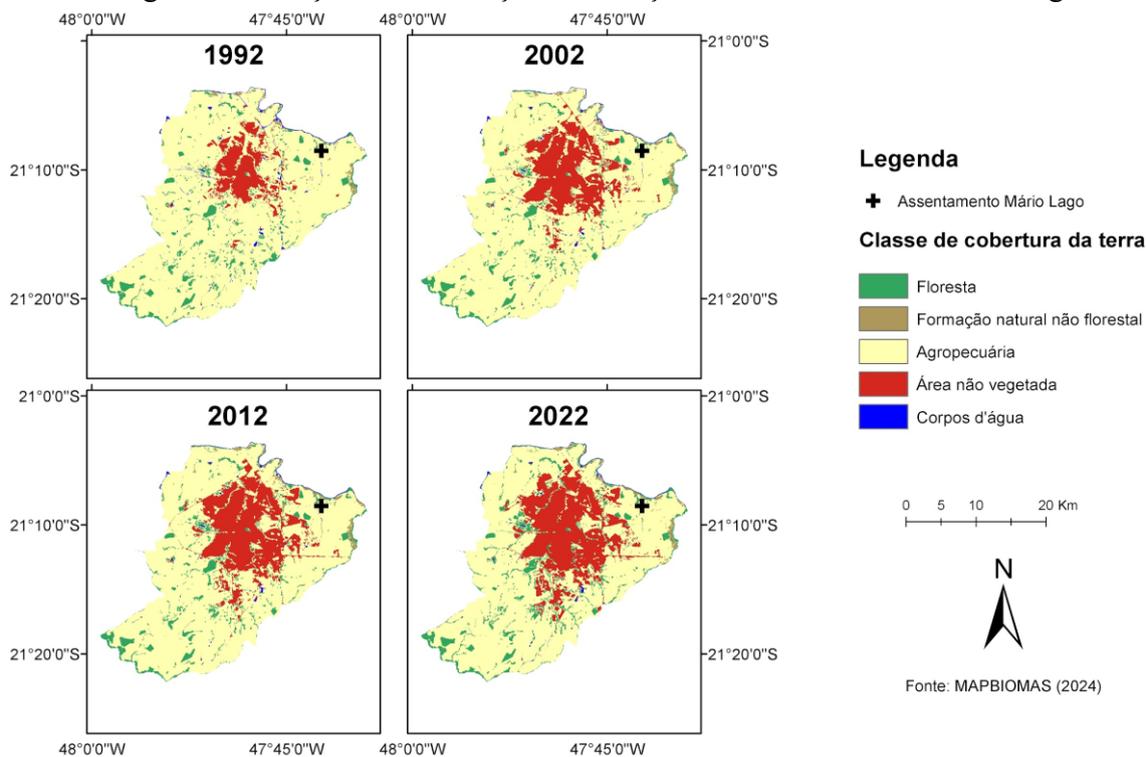
Figura 1. Série histórica da cobertura da terra em Ribeirão Preto - SP



Fonte: MapBiomas, 2024. Organizado pelos autores.

Segundo os dados do censo do IBGE de 2022, as residências localizadas em vilas ou condomínios correspondem a 4,23% dos domicílios particulares permanentemente ocupados em Ribeirão Preto. Esse número representa um aumento em comparação com o censo de 2010, no qual essa porcentagem era de apenas 2% (IBGE, 2024). A Figura 2 mostra o avanço da urbanização em um período de 30 anos (1992 a 2022) seguindo em direção ao Assentamento Mário Lago.

Figura 2. Avanço da urbanização em direção ao Assentamento Mário Lago



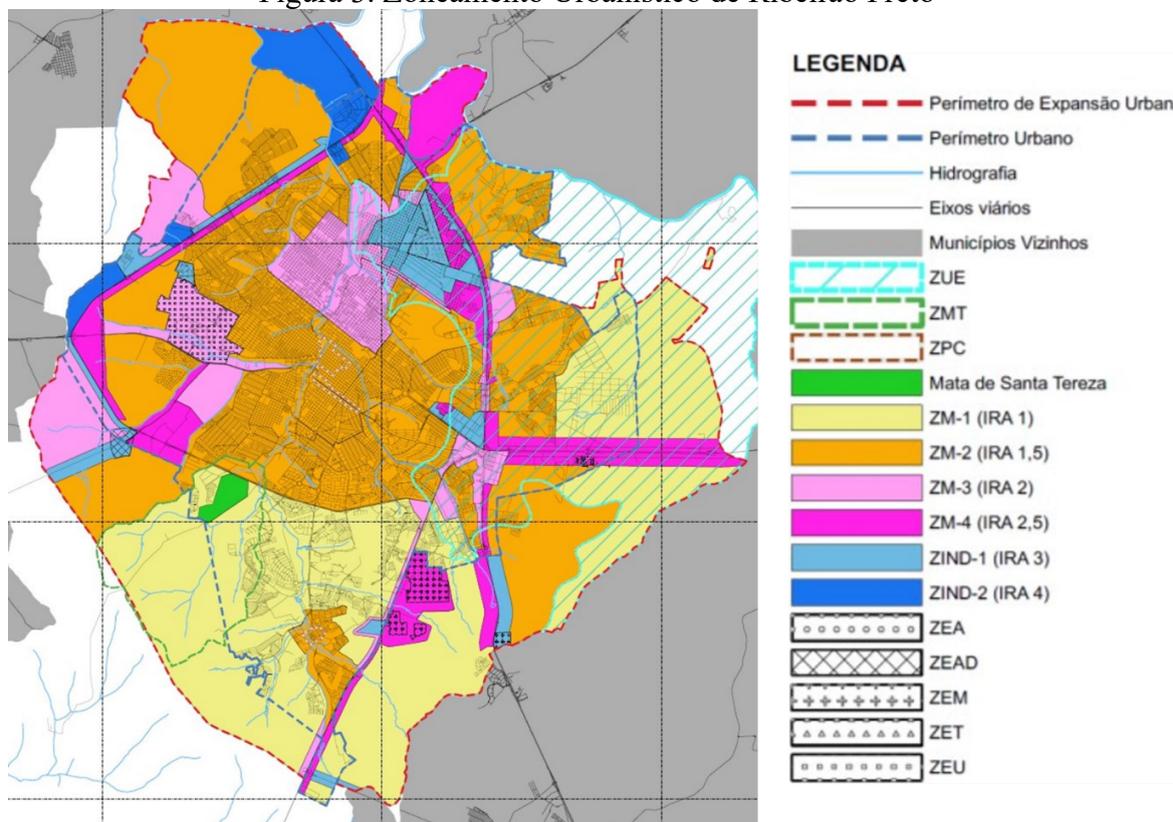
Fonte: MapBiomas, 2024. Organizado pelos autores.

Como um processo contínuo, o Plano Diretor vigente (Ribeirão Preto, 2018) salienta essa construção baseada na ideia de transformação de área do perímetro da cidade de característica urbana, o que traz novas configurações das atividades dispostas na área da cidade. No documento de justificativa técnica das novas atribuições de atividades em Ribeirão Preto, tratando das formas de parcelamento, uso e ocupação do solo, salientam-se as “zonas mistas” como majoritárias, que trariam “forte tendência de incentivos para o uso misto, ou seja, compatibilizando o uso residencial com o uso comercial e de prestação de serviços, muitas vezes até com indústrias específicas” (Ribeirão Preto, 2022, p. 66). A Figura 3 mostra o Zoneamento Urbanístico de Ribeirão Preto das zonas de expansão urbana, de forma que as zonas mistas, citadas anteriormente, são atribuídas na figura como “ZM”, e o assentamento Mário Lago como Zona de Uso Especial (ZUE) pela sua qualidade enquanto zona de recarga do Aquífero Guarani (Ribeirão Preto, 2022, p. 94).

BOUSI, G.; JESUS, S. C. de. Entre as cercas e os muros: a trajetória de territorialização do MST em Ribeirão Preto – SP. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 49-71

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Figura 3. Zoneamento Urbanístico de Ribeirão Preto



Autor: Ribeirão Preto, 2022, p. 64

No entorno do Assentamento Mário Lago, a pressão é exercida pelos condomínios de alto padrão. Mesmo que os direcionamentos históricos da expansão urbana municipal se caracterizem pelo avanço em outras regiões do município (Barcella, Melazzo, 2022), a reconfiguração dos padrões de uso e ocupação do solo permitem um novo alcance do meio hegemônico urbano. Uma vez que abre-se um novo espaço na cidade, o conteúdo a ser utilizado em seu preenchimento segue os padrões sócio-históricos atuais, evidentemente característicos nas regiões já consolidadas de presença urbana. Isto é, o padrão hegemônico urbano das *periferias privilegiadas*.

O conflito que antes trazia duas formas de ocupação do espaço rural, uma pela via do agronegócio, outra pelo movimento social camponês, agora encontra-se numa caracterização de conflito na relação entre a ocupação urbana e a ocupação rural. Característica fundamental da estrutura hegemônica da sociedade urbano-industrial, as áreas rurais são tragadas pelos

processos de desenvolvimento centralizado nos padrões da propriedade privada capitalista (Souza, Martins, 2022). Esse processo é sensível nas falas colocadas pelos próprios assentados:

[...] Então hoje o assentamento já não tem mais disputa com o agronegócio, a disputa é com a especulação imobiliária, tanto é que eles já conseguiram uma parte para ampliar a extensão de área urbana, e é claro que o ministério público está sempre em cima para não deixar ocupar aquela área indiscriminadamente (Dirigente do MST e assentado, em entrevista realizada em 22/10/2021).  
Para onde vai crescer Ribeirão? Estava pensando nisso. Eu conheço Ribeirão, sou nascida e criada aqui. Para onde vai? Só tem aqui [Mário Lago], essa zona aqui, zona leste. Eles querem vir para cá, é o único lugar. Eles conseguiram passar essa lei que vai encher de condomínio. (Assentada, em entrevista realizada em 05/03/2023).

Como posto nestas falas, a pressão do urbana sobre o assentamento trata da expansão do município de forma que se cerca o Mário Lago por empreendimentos caracterizados por condomínios, direcionados para o consumo de classes médias e altas da cidade. Dessa maneira, esse tipo de ocupação do espaço, de padrão evidentemente urbano, estabelece uma fronteira entre os *territórios* que manifestam seu conflito com diferentes facetas: tanto pela comercialização de terras próximas ao assentamento, demonstrando o interesse na área, quanto pelo conflito no sentido dos incêndios que ocorrem na região.

De característica própria das *periferias privilegiadas*, ainda mais quando pensado a partir da organização de condomínios como estruturas de alto valor direcionadas para classes abastadas economicamente, elas demandam uma vasta rede de infraestrutura que comporte o empreendimento. Assim, se faz necessário a produção de um espaço dotado de uma malha viária bem estabelecida, assim como abastecimento de água e energia elétrica. Este fato coloca o formato de expansão urbana, representado no Plano Diretor (2018), conforme a essa iniciativa, uma vez que o modelo propaga novas áreas residenciais de uso compartilhado com comércios fora do centro municipal, saturado pela grande presença de atividades na sua região (Elias, 2018).

Assim, o fenômeno adentra os redutos rurais, em que os antigos proprietários de terra vendem suas propriedades para a construção desses espaços residenciais, munidos pelo apoio da prefeitura. Não à parte desse processo, a desapropriação da Fazenda da Barra, que culminou no estabelecimento do assentamento Mário Lago, encontra-se nesses termos, pois ao lado dessa propriedade, a família que a possuía manteve uma outra área que, agora com a aprovação do

novo Plano Diretor, permite a entrada dos condomínios nas áreas próximas ao assentamento.

Como você vai ter uma floresta aqui tão perto da cidade que polui, que suja? Como você faz tudo isso se estão atarrachando a gente? [...] Quem tinha muito interesse nisso era o Junqueira, que tem a Barra 2. Perdeu a Barra 1 para nós, mas ainda tem a Barra 2. Ele tinha muito interesse nisso, porque ele está subindo com condomínios por trás. É área rural, ele não poderia vender para condomínio. Agora, ele consegue, vai fechar a Barra 2, vai fechar a parte de trás. Vamos ficar rodeados de condomínio. (Assentada, em entrevista realizada em 05/03/2023).

Desse modo, a própria comercialização das terras ao redor do assentamento, amparada pela mudança no uso e ocupação do solo na cidade, se torna um mecanismo de pressão sobre o Mário Lago, “atarrachando”, nos termos da assentada, a área de reforma agrária e seu *território*. O que é saliente nesse processo é a participação do antigo proprietário rural, adversário latente do assentamento, na conversão da área para exploração urbana, mais uma vez trazendo a aliança hegemônica entre os diferentes setores de capital em Ribeirão Preto.

Entretanto, a presença física não é a única forma de pressão que esses empreendimentos lançam sobre o Mário Lago e sobre os assentados. Ainda que de maneira nebulosa, a ocorrência de incêndios próximos ao assentamento, e que mesmo adentram a área de reforma agrária, é colocada como mais um meio de pressão dos agentes hegemônicos sobre o *território* do MST. Nos diálogos com os sujeitos do assentamento, esse fogo teria um direcionamento:

Eu moro ali há oito anos, nunca tinha pegado fogo na mata. Construiu o condomínio lá no fundo, já é o terceiro ano que o fogo vem de trás, pela mata. Não começa do nosso lado. [...] Eu acredito que isso é uma maneira das imobiliárias de dizerem: “Não tem mais área de reserva”, porque ali é área de reserva, delimitada pelo assentamento. Vão dizer: “Nós pegamos esse pedaço e depois plantamos uma árvore, um pedacinho”. Vai adentrar às áreas de reserva, é uma questão de tempo. (Assentada, em entrevista realizada em 05/03/2023).

Dessa forma, com a abertura de uma nova possibilidade de espaço a ser ocupado pelo conteúdo urbano, apoiado nos princípios do Plano Diretor municipal, o novo locus de interesse hegemônico encontra-se ocupado, em parte, pelo assentamento Mário Lago. Diante disso, o conflito se configura, no contemporâneo, por dois conteúdos diversos de ocupação e uso: urbano e rural. A pressão exercida, mesmo que com a ausência momentânea dos empreendimentos, atinge centralmente a população assentada, trazendo mais um caminho a ser

trilhado pelo MST e seus sujeitos no município.

### Considerações finais

O MST enfrenta desafios contínuos na luta pela preservação e expansão de seus *territórios*, especialmente diante das mudanças socioespaciais e da pressão do capital imobiliário em áreas rurais. Essa pressão se intensifica com a transformação de áreas rurais em empreendimentos imobiliários, refletindo um conflito crescente entre ocupação urbana e rural, com implicações diretas para o assentamento Mário Lago e seu contexto. Diante desse cenário desafiador, o MST adota o modelo de Comuna da Terra como estratégia para preservar o caráter do assentamento e fortalecer sua posição frente à urbanização. Além disso, o Movimento busca expandir suas atividades para além do assentamento Mário Lago, adentrando a cidade e fornecendo alimentos para a população urbana.

Como exposto ao longo do texto, é apresentado como a trajetória histórica nacional do MST adentra nas ações que o movimento social promove na cidade de Ribeirão Preto, resgatando os pilares de sua associação, assim como trazendo as mudanças das lutas sociais, não só de seus objetivos e demandas, mas na reconfiguração social de seus adversários que as novas dinâmicas socioespaciais retratam. Dotado de um caráter transterritorial, uma vez que traz a população urbana adere para a luta pela reforma agrária na sua concepção de Comuna da Terra, o MST produziu no assentamento Mário Lago, através do conflito, primordialmente, com o latifúndio monocultor, que passou pela adição da propriedade privada imobiliária, um espaço diferencial que perpassa um projeto alternativo de sociedade de base real.

Se o conflito inicial atingia as “cercas” da propriedade rural, voltada para a monocultura e para os pilares da Revolução Verde, ele vai de encontro aos “muros” dos empreendimentos imobiliários que visam a hegemonia do território pela lógica urbano-industrial. Essa capacidade multidimensional do MST de se inserir dentro de espaços dominados por uma lógica de adversários às demandas do movimento social e de criar novas lógicas para ocupação e uso do mesmo se fazem presentes na importância que o assentamento Mário Lago traz para a cidade de Ribeirão Preto, produzindo uma agricultura baseada na recampesinização e na proximidade com o meio urbano de forma que atendem à população pela comercialização de alimentos e pela proteção ambiental de seu entorno.

BOUSI, G.; JESUS, S. C. de. Entre as cercas e os muros: a trajetória de territorialização do MST em Ribeirão Preto – SP. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 49-71

## Referências

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, 2010.

BARCELLA, Bruno Leonardo Silva; MELAZZO, Everaldo Santos. Expansão urbana e dinâmica imobiliária: comparando as estratégias fundiárias dos agentes imobiliários em cidades médias. **Sociedade & Natureza**, v. 32, p. 100-115, 2022.

BERGAMASCO, S; NORDER, L. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960 - 1997). In: MEDEIROS, L; LEITE, S. (org.). **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas**. - 2º ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 69 – 116, 2009. .

BORGES, J. **MST: do produtivismo à agroecologia**. São Paulo: Terceira Margem; Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura: a região de Ribeirão Preto -SP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

FERNANDES, B. M. 27 anos do MST em luta pela terra. In: SILVEIRA, V.; WHITAKER, D. C. A. (orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. – Brasília: MDA; São Paulo: Uniará, p. 27 – 51, 2008a.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (eds.). **Campesinato e territórios em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 273–301.

GONÇALVES, J. C. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável? A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto - SP**. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6723>. Acesso em 02 mar. 2024.

GONÇALVES, J; MOLINA, W; CUNHA, S. O poder econômico e extraeconômico do agro latifundiário no Brasil. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 24, n. 1, 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades: Ribeirão Preto**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeirao-preto>. Acesso em 09 mai 2024.

IHA, M. H. **A apropriação da agrofloresta na afirmação da reforma agrária: um estudo sobre o processo de recampesinização no assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto - SP**.

BOUSI, G.; JESUS, S. C. de. Entre as cercas e os muros: a trajetória de territorialização do MST em Ribeirão Preto – SP. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 49-71

2017. 308 f. Tese (Doutorado em Geografia Agrária) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13042017-101047/pt-br.php>. Acesso em 02 mar. 2024.

MACHADO, L; MACHADO FILHO, L. **A dialética da agroecologia:** contribuição para um mundo com alimentos sem venenos. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MAPBIOMAS. **Projeto MapBiomas** – Coleção 8 da série anual de mapas de cobertura e uso da terra do Brasil. Disponível em <https://brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em 09 mai. 2024.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco.** São Paulo, Boitempo, 2003.

POMPEIA, C. **Formação Política do Agronegócio.** 2018. 352 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2018, Disponível em <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1045531>. Acesso em 02 mar. 2024.

RIBEIRÃO PRETO. **Lei Complementar Nº 2866, de 27 de abril de 2018.** Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor [...]. Ribeirão Preto: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, 2018. Disponível em [https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/consultas/norma\\_juridica/norma\\_juridica\\_mostrar\\_proc?cod\\_norma=10300#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20A%20REVIS%C3%83O%20DO,ESPECIFICA%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%84NCIAS](https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=10300#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20A%20REVIS%C3%83O%20DO,ESPECIFICA%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%84NCIAS). Acesso em 02 mar. 2024.

RIBEIRÃO PRETO. **Justificativa Técnica da Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.** Ribeirão Preto: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Urbano, 2022. 140 páginas. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/planejamento399202203.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2024.

SAUER, S; SOUZA, M. Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas. In: SILVEIRA, V.; WHITAKER, D. C. A. (orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento:** Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. - Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, p. 53 – 86, 2008.

SEVILLA-GUZMÁN, E; MOLINA, M. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA, Y; MARTINS, G. Território, multiterritorialidade/territórios - híbridos e o transterritorial: entre o campo - cidade e o rural - urbano. **Revista Pensar Geografia**, v. 6, n. 1, 2022.

BOUSI, G.; JESUS, S. C. de. Entre as cercas e os muros: a trajetória de territorialização do MST em Ribeirão Preto – SP. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 49-71